

FH promete 7 milhões de empregos

ILIMAR FRANCO E EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O programa de governo do presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso prevê a criação de, no mínimo, sete milhões de novos empregos nos próximos quatro anos. Esses empregos seriam criados, com investimentos nas áreas de turismo, construção civil e serviço, e no aumento das exportações. A meta está no programa de governo que será divulgado dia 20. Esses novos postos de trabalho seriam criados a partir de investimentos na área de infra-estrutura, que nos próximos quatro anos atingirão R\$ 300 bilhões.

A equipe do programa espera que, em um possível segundo mandato, Fernando Henrique poderia tirar da linha de pobreza até 13 milhões de brasileiros. "Nossas estimativas são de que entre 10 e 13 milhões de pessoas saíam da faixa de pobreza com o real. Esse mesmo patamar poderá ser atingido num novo mandato", disse o coordenador do programa de governo, Carlos Américo Pacheco.

Só na área de turismo, as estimativas apontam para a criação de dois milhões de empregos. Entre os projetos de infra-estrutura que irão gerar postos de trabalho, um já está definido. Trata-se da construção da fase três da linha do Metrô do Rio de Janeiro, que liga a cidade do Rio aos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, por um túnel sob a Baía da Guanabara. O projeto está orçado em R\$ 1 bilhão. "Nossa meta será definida nos próximos dias e pode ser um pouco maior que sete milhões", disse ontem Pacheco. Esse número, segundo ele, corresponde ao crescimento da população economicamente ativa e ao ingresso de mão-de-obra feminina no mercado.

A preocupação da equipe que elabora o programa de Fernando Henrique é fixar objetivos realistas. "A meta de 15 milhões de empregos, apresentada pela oposição, é muita alta e não faz sentido pois o seu cumprimento dependeria de um crescimento da economia maior que 6% do PIB", disse Pacheco.

Ao criticar a meta da oposição, Pacheco explicou que, para definir um número, é preciso levar em consideração as condições em que se realiza a retomada do crescimento da economia. "Nós não podemos descuidar do fato de que a nossa política tem por base a manutenção da estabilidade da economia e o controle da inflação", afirmou Pacheco.

Exportação – "E isso implica manter sob controle os gastos públicos e também adotar, eventualmente, mecanismos de contenção da economia para proteger o real." Pacheco disse que a situação internacional também deve ser levada em conta ao se fixar qualquer meta de criação de novos postos de trabalho. "Vamos ter que fazer um grande esforço para incrementar violentamente as exportações como forma de criar um horizonte de crescimento sustentável da economia brasileira."

O programa do candidato à reeleição Fernando Henrique terá ainda um capítulo sobre política urbana, com previsão de investimentos nas áreas de saneamento básico, habitação e transporte de massa, entre eles o Metrô do Rio de Janeiro.

O plano também prevê a ampliação do projeto Brasil em Ação. "O Brasil em Ação criou eixos de desenvolvimento e representa um modelo de inovação gerencial que fez as coisas saírem do papel", disse Pacheco garantindo que as obras estruturais realizadas nos últimos quatro anos, nos setores de transportes e energia, redesenharam a economia do Brasil e, por isso, serão aprofundadas.

"Nosso objetivo também é aumentar a integração da economia do Brasil com a dos demais países da América do Sul e ampliar a competitividade do setor agro-industrial", disse Pacheco. A intenção da equipe que elabora o programa de governo é a de potencializar os eixos de desenvolvimento criados pelo Brasil em Ação com o objetivo de direcionar os investimentos privados no país.

Água – A transposição das águas do Rio São Francisco, orçada em R\$ 1 bilhão – que já tem promessa de financiamento internacional –, será uma das obras que deverá constar do programa de governo. O projeto, que não estava previsto no Mãos à Obra – programa de Fernando Henrique na campanha de 1994 –, foi redimensionado para vencer as resistências da Bahia, lideradas pelo presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). O projeto não se destinará mais à irrigação, mas apenas a abastecer a região do Polígono das Secas, no Nordeste, com água para consumo de sua população. A construção de eclusas para tornar navegável o Rio Paraná, no trecho da Hidrelétrica de Itaipu, em direção ao Rio da Prata, na Argentina, não será incluída no programa por falta de viabilidade econômica. A opção será pela construção de ligações ferroviárias.

O programa de governo também dará ênfase a políticas sociais. Na área de educação a prioridade será o ensino médio e profissionalizante. A meta para o ensino médio é de ampliar em 50% o número de alunos, entre 15 e 17 anos, matriculados no 2º grau. Hoje, 28% dos jovens dessa faixa etária, ou 2,9 milhões de pessoas, estão matriculados no ensino médio. O objetivo é elevar este número para 5,1 milhões de alunos. A política de combate à pobreza e à fome, ao lado da de emprego, também fará parte do programa.